

Para europeu não reclamar

Embrapa lança Carne Carbono Neutro. Selo atesta produção que neutraliza gases do efeito estufa.

ARIOSTO MESQUITA,
de Campo Grande, MS

Depois de quatro anos de trabalho, a Embrapa se prepara para apresentar sua mais nova ofensiva estratégica de mercado para a carne bovina brasileira. No dia 7 de junho, primeiro dia do 2º Simpósio Internacional sobre Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (2º SIGEE, que vai até o dia 9), em Campo Grande, MS, um grupo de pesquisadores da empresa vai lançar oficialmente a marca-conceito Carne Carbono Neutro (CCN) que funcionará como uma espécie de certificação. A carne, ao receber o selo (disponível nas línguas portuguesa e inglesa), será considerada livre de responsabilidade de descarga atmosférica de gases de efeito estufa (GEEs). Tudo pelo fato de que seus volumes de emissão estariam neutralizados durante o processo de produção pela presença de árvores plantadas em sistemas de integração nas áreas de cria-recria e terminação (ciclo completo) ou de recria e terminação.

A Embrapa não esconde que a iniciativa pretende gerar um impacto positivo junto aos mercados mundiais mais exigentes e que melhor remuneram. “A marca vai mostrar para a União Europeia, por exemplo, a origem e os processos adequados e ambientalmente corretos de produção das carnes brasileiras que receberem esta chancela. Além de fundamentalmente técnica, a iniciativa também tem o componente de marketing”, explica Roberto Giolo de Almeida, pesquisador da Embrapa Gado de Corte (Campo Grande, MS) que junto com mais 11 colegas da unidade e da Embrapa Florestas (Colombo, PR) esteve envolvido no processo de desenvolvimento da ideia desde o momento em que se percebeu que havia a necessidade de algo semelhante.

“Na verdade, entre os anos de 2006 e 2009 o Brasil recebeu muita pressão mundial ao ser taxado como um dos grandes vilões poluidores em função de duas grandes acusações à época: A comunidade internacional associava o sistema pastoril brasileiro com a derrubada de florestas em todo o território nacional, de forma generalizada, alegação que sabíamos não proceder. Também culpava o País por favorecer alta emissão de gases em função de uma bovinocultura de corte com baixa tec-

nificação e de ciclo longo, ponto de vista que não deixava de ser, pelo menos, parcialmente correto”, lembra.

A partir de 2009 o Brasil assumiu compromisso internacional de reduzir suas emissões. Veio o Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono) e a Rede Pecus, em 2011, que reuniu vários pesquisadores para estudar o assunto. Em 2012, segundo Giolo, surgiu a ideia da CCN diante do entendimento de que a comunidade científica mundial aceitaria projetos de compensação da emissão de gases de animais desde que envolvessem florestas plantadas dentro do sistema produtivo. “Portanto, a CCN está focada principalmente em chamar a atenção do mercado para a carne produzida em sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) ou integração-pecuária-floresta (IPF)”, afirma o pesquisador.

O pesquisador garante que do ponto de vista ambiental, econômico e técnico a CCN é plenamente viável. No entanto, não esconde ainda um gargalo a ser transposto: “Temos de estabelecer como isso vai chegar ao produtor. Sabemos que neste processo terá de haver uma ou mais certificadoras para receber a concessão do direito de emissão do selo, tudo sob a supervisão da Embrapa. Ainda não definimos, porém, os detalhes de como isso vai ser viabilizado”. Giolo, entretanto, acredita que tudo deve começar a ser delineado e definido a partir do evento internacional em Campo Grande.

A marca-conceito CCN foi registrada pela Embrapa junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Poderá ser utilizada para carnes bovinas frescas, congeladas ou transformadas tanto para o mercado interno quanto externo. A seta circular simboliza a fixação, neutralização e reciclagem do carbono. A cor verde faz alusão ao componente arbóreo no sistema e a cor preta simboliza a emissão de GEEs do sistema (imagem estilizada de um cupim de um bovino).

O planejamento dos projetos deve seguir a recomendação do Plano ABC. Serão exigidas análises de solo na ocasião de sua implantação e anualmente, durante o seu desenvolvimento. Estas coletas deverão indicar teores de carbono iguais ou superiores aos da análise inicial. Assim poderá se comprovar que os lotes de carne originários do sistema foram produzidos em condições de melhoria do estoque de carbono no solo.

Nos projetos, atenção especial será exigida sobre o componente forrageiro. A instrução técnica que regula a CCN reza que um eventual processo de degradação da pastagem inviabilizará a utilização do selo. O documento também estabelece que a madeira originada em sistemas que estiverem em adequação à CCN também estará vinculada à marca-conceito, gerando produtos com a garantia de serem oriundos da neutralização de GEEs da pecuária.

O documento da Embrapa também estabelece condições de nutrição, manejo e entrada dos animais no sistema. Para credenciamento ao direito de receber o selo será exigido o mínimo de 6@ de carcaça por cabeça produzidas no período de manutenção dos animais no sistema (devem ser pesados na entrada e na saída).



Roberto Giolo de Almeida, da Embrapa: resposta aos europeus.



Selo “Carne Carbono Neutro” Para inglês ler.